



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

### A DIALÉTICA DO FAZER PROFISSIONAL E AS ARMADILHAS DO COTIDIANO

Miliane Pinheiro da Rocha<sup>1</sup>  
Laísa Damasceno Pereira<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo possui como objeto de estudo o trabalho profissional dos/das Assistentes Sociais inseridos na política de educação, que atuam especificamente na Assistência Estudantil das Instituições de Ensino Superior (IFES). Resultante por meio do estágio obrigatório em Serviço Social possui como objetivo geral discutir o processo de intensificação do trabalho desses profissionais, atravessando o imediato e o mediado do fazer profissional que se realiza no cotidiano. Por objetivos específicos, trata de discutir a burocratização, o imediatismo e as requisições institucionais enquanto armadilhas do cotidiano profissional. A metodologia utilizada baseou-se na análise qualitativa do objeto de estudo e sua repercussão na práxis profissional. Os resultados demonstram que uma linha tênue separa a prática imediata e mediada, portanto, as reflexões construídas permitem uma compreensão sistematizada e crítica da intensificação do processo de trabalho neste espaço sócio ocupacional.

**Palavras-chave:** Cotidiano. Intensificação. Projeto Profissional. Totalidade. Burocratização.

**Abstract:** This article has as object of study the professional work of the Social Assistants included in the Education Policy, which specifically work in the Student Assistance of Higher Education Institutions (IFES). Resulting through the compulsory training in Social Work, the general objective is to discuss the process of intensification of the work of these professionals, through the immediate and the mediated professional work done in daily life. For specific purposes, it tries to discuss bureaucratization, immediacy and institutional requisites as traps of daily professional life. The methodology used was based on the qualitative analysis of the object of study and its repercussion on professional praxis. The results show that a thin line separates the immediate and mediated practice, so the constructed reflections allow a systematized and critical understanding of the intensification of the work process in this occupational social space.

**Keywords:** Everyday. Intensification. Professional Project. Totality. Bureaucratization.

#### 01. Introdução

As análises que sucedem este estudo advêm das reflexões construídas através do processo de estágio obrigatório em Serviço Social, ao longo de um ano, na política de educação, precisamente no âmbito da Assistência Estudantil. Essa Assistência Estudantil é regida nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e possui como finalidade dar condições de permanência aos estudantes encontrados em situações de vulnerabilidade socioeconômica, para que os mesmos possam concluir o ensino superior federal, evitando assim a evasão escolar. De

---

<sup>1</sup>Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <laisa.damasceno15@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <laisa.damasceno15@hotmail.com>.

acordo com o Decreto 7.234/10 que instituiu o PNAES, os usuários que deverão ser atendidos pelo programa são “[...] prioritariamente, os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (DECRETO 7.234, 2010).

A Assistência Estudantil de todas as IFES possuem autonomia para a utilização dos recursos voltados à Assistência Estudantil e a adição de outros pré-requisitos, a partir da realidade de cada instituição. Na realidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), local onde se realizou a experiência de estágio, para que os estudantes possam pleitear o acesso aos auxílios e bolsas da Assistência Estudantil, eles precisam passar por processo seletivo que possui como carro chefe para viabilização desses programas, a avaliação socioeconômica, que é composta por análise de cadastro único, análise documental, entrevista social, visita domiciliar (quando necessário) e parecer social.

Portanto, nesse sentido, buscamos analisar essa realidade com subsídio nos aparelhos legislativos e normativos do Programa, da Política de Educação e do Serviço Social, que orienta o trabalho profissional. Referente a esse último, utilizamos, prioritariamente, o Código de Ética Profissional (1993) e o Projeto Ético-Político Profissional (PEP). Somado a esses, expõe-se algumas contribuições de autores do Serviço Social que transversalmente discutem os processos de trabalho dos/das Assistentes Sociais nos diversos espaços sócio ocupacionais.

Por meio do estágio conseguimos refletir criticamente e dialeticamente as demandas sociais que chegavam ao Serviço Social, sistematizando-as e colocando-as na contextualização necessária para compreensão das questões. As observações decorrem, necessariamente, do movimento da realidade, da contraditoriedade e do significado sócio histórico que a dialética (reflexão da realidade) requer, aliada ao método crítico de Karl Marx. Considerando a complexidade de cada atendimento realizado, ao passo em que um usuário não possui apenas a demanda que expressa através do seu relato e da abrangência que deve ser dada à compreensão acerca da educação, percebemos que o cotidiano pode se tornar um aliado, a partir dos direcionamentos e respostas construídas pelos profissionais; assim como pode se tornar espaço para que o fazer profissional torne-se pragmático e tecnicista, à depender da direção social que norteia os seus atendimentos e as respostas dadas a eles. Não podemos, sobretudo, esquecer a condição em que o profissional do Serviço Social se encontra, enquanto trabalhador assalariado, também responsável pela produção e reprodução da vida social, sob o modo de produção vigente – o capitalista.

Ao estarmos, tendencialmente, ligados ao desconhecimento crítico e histórico da realidade social, pode-se deixar passar despercebidas questões que se fazem complexas na sua totalidade, fazendo com que o imediatismo perdure e que as respostas “prontas” deturpem a importância das respostas profissionais coletivas e mediadas por um projeto profissional crítico, que abrange a dialética do movimento, a necessidade de supressão do cotidiano e que enfatiza as estratégias coletivas para a construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de uma classe sobre a outra.

Por isso, este trabalho abarca uma apreensão do cotidiano e das respostas que podem ser construídas através da práxis social (profissional), com direção a superar o imediatismo, que tem sido condicionado por processos intensos de trabalho e pelo cumprimento das exigências institucionais, que tornam cada vez mais relativa a autonomia profissional. Afinal, compreender o imediato e o mediado, atravessado pelo processo de intensificação e de relativa autonomia do trabalho profissional dos/as Assistentes Sociais na Assistência Estudantil, é uma estratégia para a sua superação, a partir do que preconiza o Projeto Ético Político do Serviço Social.

## **02. Armadilhas do cotidiano**

Em todos os espaços da vida social, em todos os complexos, podemos constatar questões de imediatizar, acelerar os processos, as produções e, conseqüentemente, a vida dos indivíduos. O que pode ser explicado pela lógica individualizante que é difundida e ancorada no projeto societário vigente, que através do modo de produção capitalista projeta a competitividade, as relações superficiais e o pensamento acrítico.

No tocante ao Serviço Social, percebemos que as tomadas de decisões, embora que relativas, considerando essa particularidade de autonomia relativa dos profissionais Assistentes Sociais, vêm sendo discutidas e debatidas pelo “aligeiramento” requisitado das instituições empregadoras, assim como a focalização de serviços viabilizados. Por isso, o título deste trabalho é propositivo de reflexão para o Serviço Social, no sentido de pensar como o processo de trabalho dos Assistentes Sociais é marcado por armadilhas cotidianas que fortalecem e requerem dos profissionais práticas imediatistas que dão lugar a respostas profissionais rápidas, desprovidas de sistematização e contextualização. As respostas profissionais requisitadas institucionalmente para atendimento das necessidades sociais dos usuários inseridos em diversas políticas sociais, e aqui tratando, necessariamente, da Assistência Estudantil, requerem, conforme aponta Lacerda (2014, p. 23) “[...] ao cumprimento de rotinas e tarefas, limitadas à superficialidade e ao senso comum”.

O cumprimento apenas das demandas institucionais, quando realizado, descaracteriza todo o arcabouço construído no processo de formação, porque desconsidera a sistematização, a contextualização, o planejamento e a análise da totalidade concreta sob um método crítico. Além disso, a intensificação do trabalho e o imediato das respostas também incidem diretamente na práxis profissional e conseqüentemente na compreensão da unidade teoria-prática, porque como nos aponta Netto (2014 *apud* VASCONCELOS, 2015, p.425) “Não adianta ter prática se você não tem instrumentos teóricos. A prática não ensina nada, nada... A prática é um grande livro, mas para a gente ler a gente tem que estar alfabetizado”. Ou seja, as respostas imediatas por si só não abarcam a totalidade de vida dos indivíduos, não compreende suas particularidades, apenas atendem pontualmente a uma necessidade que é expressa, e se a totalidade da vida do usuário é desconhecida ou desconsiderada, os profissionais Assistentes Sociais estão apenas reproduzindo a lógica capitalista e atendendo às demandas e requisições institucionais, o que vai de confronto ao que possui no projeto ético político profissional, da categoria dos/as Assistentes Sociais.

Contudo, devemos compreender que o imediato é objetivo e o mediado é construído coletivamente, na contextualização concreta da realidade social. Então, a partir do momento em que,

O pensamento limitado pela pressão do dia a dia se restringe a dar respostas automáticas e superficiais a diversas situações singulares que são homogeneizadas a partir de sua superficialidade por meio de instrumentos de gestão de políticas sociais pautados em um arcabouço jurídico-burocrático e dessa forma organizam a rotina dos serviços que possuem impacto no cotidiano da família trabalhadora. A diversidade de atividades da vida cotidiana leva a visão limitada apenas aos fenômenos do real: enxerga-se a pobreza, mas não o movimento histórico-econômico que a engendra; conhece-se o adolescente infrator, mas não a dinâmica que o leva a se constituir enquanto tal (LACERDA, 2014, p. 23).

A intensificação do trabalho não acarreta apenas às respostas imediatas às diversas expressões da questão social que chegam no cotidiano, mas também, o esgotamento físico e mental, o trabalho que passa a ser, cada vez mais, medido pela produtividade, a extensa jornada de trabalho e a jornada fora desse, porque deve-se observar que afora o trabalho formal, diário, em determinada instituição, ainda existe as demandas que são levadas para a análise/finalização em casa (*home office*) e as requisições pessoais e profissionais por formação contínua e qualificada.

Embora os/as Assistentes Sociais inseridos na Assistência Estudantil possuam um ambiente de trabalho com condições dignas e mínimas de trabalho e uma remuneração adequada, os desafios são bastante latentes, principalmente no que diz respeito à jornada de trabalho de 40h semanais, o que descumpra a lei das 30h para o trabalho dos Assistentes Sociais; às questões de limites institucionais quanto aos recursos para

atendimentos das bolsas/auxílios viabilizados pela Assistência Estudantil; a questão da correlação de forças, estando o trabalho dos Assistentes Sociais subordinado a diversas instâncias superiores da universidade. Enfim, particularidades essas que compõem esse espaço sócio ocupacional e que também culminam na intensificação do trabalho dos/as Assistentes Sociais que nele estão inseridos.

As análises de intensificação devem ser observadas em todo o complexo institucional, desde o expediente de trabalho até as relações coletivas com a equipe profissional, que por muitas vezes são inviabilizadas porque o planejamento é secundarizado em detrimento do atender sequencialmente várias demandas recorrentes, sendo elas programadas ou espontâneas. É necessário desmistificar o processo de intensificação do trabalho e principalmente o imediatismo das respostas profissionais retirando todo o discurso de efetividade, aprimoramento e “ganho de tempo”. É necessário reconhecer não apenas os rebatimentos imediatos da intensificação mas também como isso interfere no trabalho coletivo, na construção de estratégias coletivas e na construção de um projeto profissional que nos direciona em defesa dos direitos humanos e sociais e na conscientização política da classe trabalhadora, sem recairmos no discurso estático de que realidade é imutável.

As armadilhas presentes no dia a dia perpassam os detalhes que equivocadamente deixamos escapar. Por exemplo, no que se refere à burocratização, trazemos reflexões sobre o acesso e o pleito de auxílios e bolsas da Assistência Estudantil da referida universidade, onde há a exigência, em edital, de uma lista de documentos comprobatórios do estudante e seu grupo familiar. Entretanto, a partir do momento em que outros documentos (não sinalizados em edital) são solicitados, o processo tende a se tornar mais complexo, dificultando que o acesso do direito à assistência estudantil seja realizado/viabilizado.

O/a profissional, ao exigir uma documentação não prevista em edital, pode está dando mais atenção aos documentos comprobatórios do que ao relato apresentado pelo usuário, que, na realidade, deve ser o essencial para se analisar e, posteriormente, viabilizar o acesso à bolsa ou auxílio que foi solicitado, já que a partir do que é exposto é que o profissional tem uma aproximação com a realidade social, econômica, e familiar do discente, e não por uma documentação. A justificativa utilizada para solicitação de tanta documentação, prevista ou não em edital, é que a instituição passa por auditorias, tendo que comprovar a utilização dos recursos. Entretanto, até que ponto a atuação desses profissionais está contribuindo para viabilização de direitos, e não apenas resguardando a instituição? A burocratização está a serviço dos discentes ou da instituição? Essas questões

precisam ser refletidas no cotidiano das ações profissionais, que tendencialmente são sucumbidas pelos prazos, pelas demandas e pela imediatividade das ações, que exigem do profissional rapidez e resolutividade às demandas apresentadas.

Ademais, existe o fato de que a pendência/não apresentação de qualquer documentação implica na desclassificação dos estudantes no processo seletivo. Somando-se a isso existe um pré-julgamento de que o discente está ou pode estar mentindo sobre as informações apresentadas, então por isso a “obrigação” a comprovar documentalmente que as informações repassadas são verídicas. Desse modo, pode-se afirmar que a avaliação documental é colocada como o momento mais importante em todo o processo da avaliação socioeconômica, desconsiderando, por vezes, a própria fala dos indivíduos.

Corroborando com essa ideia, Guerra (2007, p. 06) afirma:

[...] a utilização de procedimentos burocrático-administrativos a partir de modelos oriundos da lógica formal e abstrata para atender a uma heterogeneidade de situações direta e imediatamente vinculadas no plano da formalidade institucional, a utilização de procedimentos pré-determinados, *leva o profissional a circunscrever sua prática à da vida e dos limites institucionais*. Neste âmbito, a competência profissional fica restrita ao atendimento das demandas institucionais e a intervenção profissional se identifica à adoção de procedimentos formais, legais e burocráticos.

Certamente, o profissional também precisa cumprir os requisitos impostos pela instituição quanto à documentação básica exigida mas não cabe a esse profissional burocratizar mais ainda esse processo, exigir mais comprovações e, ainda mais, exigir que esse aluno retorne para a finalização do atendimento e apresentação de documentação exigida, sendo condicionado a não ser deferido no auxílio ou bolsa solicitado por ausência de documentos que comprovem a sua situação de pobreza ou vulnerabilidade social.

Nas palavras de Netto (2007, *apud* LACERDA, 2014, p.24) “a intervenção do assistente social foi historicamente formulada numa perspectiva formal-burocrática, inevitavelmente unilateral, desconsiderando a historicidade na qual se desenrola o exercício profissional, obscurecendo a luta de classes”. Isso nos leva a problematizar essa postura profissional porque recai em uma atuação que culpabiliza os indivíduos, colocando sobre eles toda a responsabilidade de conseguir ou não o auxílio/bolsa, mediante a apresentação de todos os documentos; e coloca o profissional de serviço, novamente, enquanto fiscalizador da pobreza e cumpridor das requisições institucionais das quais são contratados, remontando às protoformas da profissão, que hegemonicamente foram superadas na década de 1980.

De acordo com o que expõe Guerra (2007, p. 06),

Destes procedimentos limitadores (porque formais, legais e burocráticos) do exercício profissional decorre a (falsa) imagem social da profissão confundida com a ação social prestada por leigos de “boa vontade” que, em alguns casos, se confundem com assistentes sociais, que realizam atividades pouco específicas, mas que atendem às demandas da instituição (pública ou privada) as quais são identificadas com as do Serviço Social.

A grande quantidade de demandas, o reduzido quadro de profissionais, o reduzido tempo de atendimento, os prazos a serem cumpridos e própria estrutura da universidade em que o profissional desenvolve seu trabalho, faz com que as ações sejam imediatas, que os critérios econômicos se sobressaiam em detrimento dos sociais e históricos e que os interesses/obrigações da instituição sejam alcançados e não os reais interesses dos discentes. Assim, como afirma Lacerda (2014, p. 23),

O pensamento limitado pela pressão do dia a dia se restringe a dar respostas automáticas e superficiais a diversas situações singulares que são homogeneizadas a partir de sua superficialidade por meio de instrumentos de gestão de políticas sociais pautados em um arcabouço jurídico-burocrático e dessa forma organizam a rotina dos serviços que possuem impacto no cotidiano da família trabalhadora. A diversidade de atividades da vida cotidiana leva a visão limitada apenas aos fenômenos do real: enxerga-se a pobreza, mas não o movimento histórico-econômico que a engendra; conhece-se o adolescente infrator, mas não a dinâmica que o leva a se constituir enquanto tal etc.

A negação dos direitos sociais básicos ocorre anteriormente a entrada dos discentes na UFRN, mas com muito esforço, os mesmos conseguem ingressar no ensino superior público de qualidade e, mesmo assim, continuam a passar por uma série de impedimentos burocráticos para acessar um direito que lhe é garantido formalmente, por meio do Decreto 7.234/10 que instituiu o PNAES e a torna obrigatória em todas as IFES.

Os/as profissionais de Serviço Social, na maioria dos casos, não levam em conta as diversas particularidades apontadas como a distância (muitas vezes o discente tem que voltar ao interior para pegar a documentação), a relação familiar (que, por vezes, é conflituosa e dificulta a viabilidade da documentação), e o sofrimento psicológico (que revivido pela coerciva aproximação com o parente que já não compõe o grupo familiar, em alguns casos). A burocratização visualizada para a viabilização do acesso dos discentes as bolsas e auxílios da Assistência Estudantil da UFRN põe entraves e barreiras no direito dos estudantes, que tanto necessitam desse programa para auxiliar na permanência e conclusão do ensino superior, em especial, para os estudantes das classes mais populares e pauperizadas, que se constituem o público alvo do PNAES. No que concerne ao Estado brasileiro, estamos sentindo diariamente o peso das suas decisões que refletem, diretamente, na desresponsabilização estatal perante os direitos sociais dos indivíduos, até mesmo dos já adquiridos, como é o caso da educação e da Assistência Estudantil.

### **03. O fazer profissional mediado**

Ao falarmos de mediado, queremos abordar as mediações históricas necessárias para compreendermos a realidade concreta de vida dos sujeitos, ao possuímos a consciência de que as requisições institucionais possuem caráter focalista, imediato, tecnocrático e desconectado de sistematização e contextualização da realidade vivenciada pelos usuários. O que a instituição requer dos Assistentes Sociais é a resposta rápida, desarticulada, com vistas à generalização das demandas e dos contextos sociais vivenciados. A verdade é que as expressões da questão social são mais complexas do que os exemplos trazidos na literatura e por isso requerem uma resposta mediada do fazer profissional, da compreensão das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, para que as demandas e as respostas sejam compreendidas numa totalidade social concreta.

Durante o acompanhamento dos atendimentos no campo de estágio já mencionado anteriormente, foi constatado que as necessidades dos estudantes estão para além do básico, que quantitativamente se mostrou ser alimentação, a moradia e o transporte. Os estudantes que vivem as Universidades Públicas vivenciam também dilemas familiares, relacionados à saúde, política, cultura, situações de violação dos direitos humanos, negligência e demais expressões da questão social. Através disso, evidencia-se o eixo de análise trazido por Netto (2008 *apud* VASCONCELOS, 2015) ao tratar da importância do processo de sistematização e contextualização de situações concretas ao compreender o Serviço Social como parte e expressão da sociedade capitalista e a exigência de fundar a análise social na crítica da economia política.

Portanto, ao sabermos que os/as Assistentes Sociais estiveram historicamente inseridos no processo de sistematização, execução e implementação das políticas públicas devemos fortalecer os aspectos determinantes e característicos do fazer profissional dos Assistentes Sociais, como por exemplo, a valorização da organização política dos indivíduos, o tratamento horizontal, sem preconceito, sem discriminação e viabilização/informação dos direitos sociais para classe trabalhadora.

O trabalho profissional realizado sob o viés mediado requer todo esse resgate teórico, histórico e condizente com os valores superados, os limites impostos e a articulação estratégia de encontrar saídas para a imediaticidade exigida e esperada. O fazer profissional com mediações e com compromisso à classe trabalhadora considera o momento presente, coloca a necessidade social evidenciada em questão mas não desconsidera nem a determina como única. Busca compreender, refletir e articular estratégias para atendimento de outras necessidades sociais que inicialmente foram evidenciadas. É necessário reconhecer a autonomia relativa como um limite, mas não como determinante do fazer



profissional, pois o seu grau de relatividade vai depender da criação de estratégias coletivas para o fortalecimento da conscientização política dos profissionais e dos usuários, sujeitos envolvidos, na viabilização dos direitos sociais para toda classe trabalhadora.

Enquanto trabalhadores assalariados, os/as Assistentes Sociais participam do processo de produção e reprodução da vida social e do modo de produção capitalista. E inseridos nisso, devem atender às demandas institucionais que lhe são colocadas, uma vez que possuem relação contratual com instituições, podendo ser elas, públicas e/ou privadas. Todavia, nesse mesmo processo, os Assistentes Sociais podem construir com os demais profissionais e usuários uma conscientização política, que fortaleça a democratização e o acesso aos direitos sociais, para assim contribuir com o desaceleramento e não generalização das demandas, com a desburocratização do acesso aos direitos, com a não fragmentação das demandas dos usuários e com a não pontualidade das ações desenvolvidas. Desse modo, a partir de uma ação mediada, passa a se reconhecer o indivíduo em sua totalidade com suas determinações históricas e sociais. Coloca-se como objetivo central o melhor e mais qualificado atendimento ao usuário, buscando atender às suas demandas e as não as requisições da instituição empregadora, mostrando-se assim, ao lado e em favor da classe trabalhadora, como preconiza o Projeto Ético-Político da profissão.

#### **04. Considerações finais**

Conseguimos assim perceber que a predominância do processo de intensificação ocorre em todos os espaços da vida cotidiana e que práticas aliadas à inovação, individualidade e aligeiramento reforçam a generalização das demandas e a desconstrução de um fazer profissional crítico, aliado aos interesses da classe trabalhadora. Por isso, é preciso reconhecer que as mediações profissionais que se fazem necessárias no cotidiano dos diversos espaços sócio ocupacionais e não podem ficar apenas no campo teórico, visto que é na articulação e compreensão da unidade teoria e prática que se constrói respostas efetivas, qualificadas e respeitosas à vida dos usuários que procuram os serviços para acessar os seus direitos, que são garantidos formalmente por meio de políticas, leis e/ou decretos.

O tensionamento, o posicionamento e a defesa dos interesses da classe trabalhadora faz-se necessário frente às disputas de interesses distintos, na relação histórica e antagônica entre capital x trabalho. Mesmo na condição de trabalhador assalariado e de autonomia relativa nas instituições, as estratégias sempre devem ser

construídas coletivamente. Nesse eixo, o Projeto Profissional evidencia de qual lado devemos estar e quais os princípios que devemos seguir, na medida em que devemos ter

[...] uma direção e uma concepção clara de nossa prática profissional. Ela não pode ser, e nem é, neutra. Para cumprir seu papel mediador, esta prática tem que estar embasada numa visão de mundo. É esta visão de mundo que, em última instância, fornece os horizontes, a direção e as estratégias de ação [...] (CARVALHO e NETTO, 2011, p.61 *apud* LACERDA, 2014, p.41).

Essa visão de mundo, crítica, articulada e totalitária nos ajuda a construir uma práxis social e um fazer profissional que defende e efetiva ação para superar o modo de produção capitalista, desconsiderando qualquer discurso de reforma e reparo desse sistema, que desumaniza toda a humanidade e ainda fortalece um fazer profissional imediato e pragmático.

A categoria dos Assistentes Sociais é composta por profissionais qualificados, de formação e pensamento crítico, entretanto, por saber que categoria não é homogênea podemos conhecer outros tipos de formação e/ou atuação perante a realidade concreta que direcionam seu fazer profissional ao atendimento imprescindível das demandas institucionais, sem considerar toda a articulação necessária e medida pelos profissionais na utilização das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas indispensáveis ao fazer profissional.

Sobretudo, as análises alcançadas com este trabalho demonstram que uma linha tênue separa a prática imediata e a prática mediada e que é preciso estar bastante atento ao que se precisa defender para não cair nas armadilhas do cotidiano. A burocracia se que faz presente em todos os espaços sócio ocupacionais de atuação profissional deve ser minimamente atendida, visto a condição de assalariamento da categoria dentro das instituições empregadoras; mas, não pode ser o objetivo/finalidade central do atendimento realizado.

Todavia, é o posicionamento, a atuação e a condução dos instrumentos e instrumentais utilizados pelos/as Assistentes Sociais que vai diferenciar sua ação profissional da caridade, da filantropia e das demais profissões. Infelizmente ainda relatamos e conhecemos ocasiões que evidenciam uma atuação profissional baseada em ações mecânicas, irrefletidas e tecnicistas, em que o excesso de burocracia e os interesses da instituição tornam-se mais importantes que o compromisso assumido com a profissão e com a classe trabalhadora, da qual fazemos parte. A quantidade de demandas, a superficialidade e imediaticidade das ações impostas pelo cotidiano, não exigem que o profissional realize um trabalho técnico, qualificado e crítico, de acordo com o que preconiza o Projeto Ético-Político da categoria, mas é na contramão dessa lógica que construímos as

respostas profissionais coletivas, assumimos o papel de intelectual orgânico da classe trabalhadora e nos tornamos a profissão que se compreende enquanto classe trabalhadora e luta, diariamente, pela viabilização e pelo acesso aos direitos sociais adquiridos arduamente ao longo da história dessa luta de classes.

## 05. Referências

- BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10<sup>a</sup>. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso 15 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Diário Oficial, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 03 dez. 2018.
- GUERRA, Yolanda. **O projeto profissional crítico**: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 28, n. 91, p. 5-33, set. 2007.
- LACERDA, Lélica Elis P. de. **Exercício profissional do assistente social**: da imediatividade às possibilidades históricas. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 117, p. 22-44, Mar. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282014000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 12 junho 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282014000100003>.
- VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/o assistente social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2015.